Editais

CCR RodoAnel

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas; É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A ("RodoAnel" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 497 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%). **1.3. Destaques de 2023:** Investimentos: • Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo e Recuperação do Pavimento. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos e aprovados em 2023: Dividendos: R$ 28.175: • 28/04/2023 - R$ 13.384 de dividendos do resultado de 2022. • 29/11/2023 - R$ 14.791 de dividendos do resultado de 2023. Juros sobre Capital Próprio: R$ 24.505: • 27/11/2023 - R$ 20.187 de juros sobre o capital próprio. • 21/12/2023 - R$ 4.318 de juros sobre o capital próprio.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ mil	2023	2022	Var.%
receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	446.858	394.030	13,41%
receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	413.383	358.854	15,20%
- Receita de pedágio	409.378	355.057	15,30%
- Outras receitas acessórias	4.005	3.797	5,48%
Deduções da receita bruta	(35.957)	(31.058)	15,77%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	377.426	327.796	15,14%
(+) Receita de construção	33.475	35.176	-4,84%
Custos e despesas (a)	(265.898)	(239.554)	11,00%
- Depreciação e amortização	(26.284)	(22.159)	18,62%
- Serviços de terceiros	(27.476)	(26.312)	4,42%
- Custo da outorga	(12.400)	(10.769)	15,15%
- Custo com pessoal	(51.132)	(41.074)	24,49%
- Custo de construção	(33.475)	(35.176)	-4,84%
- Provisão de manutenção	(9.135)	(7.374)	23,88%
- Outros custos e resultados operacionais	(32.418)	(23.112)	40,26%
- Apropriação de despesas antecipadas da outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	145.003	123.418	17,49%
Margem EBIT ajustada (b)	38,42%	37,65%	2,04%
EBIT (c)	145.003	123.418	17,49%
Margem EBIT	35,29%	34,00%	3,79%
(+) Depreciação e amortização	26.284	22.159	18,62%
EBITDA (c)	171.287	145.577	17,66%
Margem EBITDA	41,69%	40,11%	3,93%
(+) Provisão de manutenção (d)	9.135	7.374	23,88%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	254.000	226.529	12,13%
Margem EBITDA ajustada (f)	67,30%	69,11%	-2,62%
Resultado financeiro líquido	(63.651)	(69.541)	-8,47%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.352	53.877	51,00%
Imposto de renda e contribuição social	(17.640)	(13.031)	35,37%
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	63.712	40.846	55,98%
Endividamento bruto (g)	466.342	538.850	-13,46%
Investimentos (caixa)	77.491	63.807	21,45%
Veículos equivalentes (em milhares)	140.544	133.362	5,39%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.1.1. Receita operacional: A receita operacional bruta de pedágio em 2023 totalizou R$ 409.378 (15,30% sobre 2022). O aumento da receita é reflexo do aumento de tráfego de 5,0% no mesmo período, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso para veículos carregados, através da integração com a SEFAZ (Secretaria da Fazenda e Planejamento) a partir de 1º de outubro de 2023 e do reajuste tarifário contratual de 3,94% além do reajuste adicional de R$ 0,10 vigentes a partir de julho. A queda na receita de numerário/cheque é reflexo do aumento da adesão AVI (Identificação Automática de Veículo), que no RodoAnel atingiu 70,0% no ano de 2023; e da habilitação dos novos meios de pagamento: cartão de débito e crédito, que, desde a implantação, registram crescimento mensalmente. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R$ 265.898 no ano de 2023. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 11,3% em relação a 2022, foram: • Os custos de construção atingiram R$ 33.475. A redução de 4,84% em relação a 2022 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. No ano anterior o principal montante de investimento foi a Implantação de Vias Marginais Padroeira-Raposo. • Em 2023, a provisão de manutenção totalizou R$ 9.135, ante R$ 7.374 em 2022, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2023, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • Depreciação e amortização somaram R$ 26.284 no ano de 2023. O aumento de 18,62% em relação ao ano anterior reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R$ 85.978 no ano de 2023, não sofrendo variações significativas. • Em 2023, o custo de serviços totalizou R$ 27.476, representando aumento de 4,42% em relação a 2022, impactado pelo pacote de serviço de conservação. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R$ 51.132 no ano de 2023, registrando um aumento de 24,49% em relação a 2022, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente à faturas de custeio CSC (Centro de Serviços Compartilhados) gastos com vale alimentação/vale refeição, vale transporte, auxílio creche-paternidade, adequação salarial e assistência médica. • Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 40,26% e atingiram R$ 32.418 no ano de 2023. Esse aumento deve-se, principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, aluguel de veículos leves, licença de uso de programa e obras de conservação da rodovia. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2023, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R$ 63.651 ante R$ 69.541 em 2022. A redução de 8,47% ocorreu principalmente a nova captação de debêntures e variação do indexador CDI. **2.1.4. Lucro líquido:** Em 2023, o lucro líquido atingiu R$ 63.712, apresentando um aumento de 55,98% em relação a 2022, reflexo principalmente da melhora no resultado operacional. **2.1.5. Endividamento:** O endividamento bruto alcançou R$ 466.342 ante R$ 538.850 em 2022, representando uma redução de 13,46%, reflexo da curva de amortização das dívidas contratadas e redução das captações no período. **2.1.6. Investimentos:** Em 2023, os investimentos somaram R$ 77.491, dentre os quais destacam-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo e Recuperação do Pavimento.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri. **3.2. Gestão de Pessoas:** A CCR embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2023, a Academia CCR atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para o Rodoanel foram realizadas 23.794 horas de treinamento, com 78,2% de treinamentos na modalidade on-line, 16,2% na modalidade presencial e 5,6% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 3.587 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 7 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo. Atualmente a Companhia emprega 497 de forma direta. Em 2023, a Academia CCR registrou um investimento de R$ 147 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade Rodoanel.

4. ESG: A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas Voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários. Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitações ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas. O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas. O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos. Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população. O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: Caminhos para a Cidadania:** O Programa Caminhos para a Cidadania é uma ação social e educativa do Grupo CCR. Promove formação continuada e empoderamento de educadoras e educadores do ensino fundamental I de redes municipais de ensino. O Programa oferta materiais pedagógicos e cursos à distância gratuitos com estratégias pautadas nas 10 Competências Gerais da BNCC. Seu eixo temático está embasado em reflexões sobre cidadania, alfabetização, diversidade, educação financeira, caminhos seguros, educação ambiental, cultura digital, arte educação e saúde mental. O objetivo é trabalhar essas temáticas com professores para que eles multipliquem com seus alunos. No ano de 2023, 98 professores se cadastraram na plataforma, 73 se matricularam nos cursos e 49 professores concluíram. **Inverno Solidário:** iniciada em julho, a campanha de inverno tem como objetivo a doação de cobertores para as pessoas em situação de rua que trafegam pelas nossas rodovias. As doações são realizadas pelos colaboradores dos guinchos e demais viaturas de inspeção de tráfego. A campanha é realizada em parceria com o Instituto CCR. Foram distribuídos 80 cobertores. **Campanha Lacre Solidário:** A campanha será realizada anualmente, em parceria com a APAE. O objetivo é arrecadar lacres em vários locais de trabalho e doar para a instituição, para que façam a troca por cadeiras de rodas. A campanha teve início no ano de 2023, mas as doações ainda não foram realizadas pois estamos em processo de arrecadação dos lacres. **Cine CCR:** projeto cultural que, a bordo de uma carreta que se transforma em uma completa sala de cinema, leva cultura e entretenimento para as comunidades locais, permanecendo dois dias em cada cidade. A entrada para assistir às sessões de cinema é gratuita, com direito a pipoca e refrigerante. Nas sessões diurnas os alunos da rede pública de ensino são convidados a participar do projeto, já nas sessões noturnas são abertas ao público e comportam até 91 pessoas por sessão. Neste projeto 756 pessoas foram impactadas com o projeto no ano de 2023. **A Mágica Carruagem de Inácio:** é uma peça teatral que aborda como temática principal a acessibilidade para deficientes físicos, a peça é voltada para crianças do ensino fundamental I. Na peça também foi abordada a campanha Lacre Solidário. Cerca de 650 crianças foram impactadas durante o espetáculo. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores: A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2023, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Formação de auditores ISO 39001, Manejo de Animais, NR 23 - Brigada, NR 33 - Trabalho em espaço confinado, NR 35 - Trabalho em Altura, NR 10 - Trabalho com eletricidade, Jornada da Liderança e Jeito CCR de Liderar.

5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2. Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barueri, 7 de março de 2024.
A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**186.599**	**200.056**
Caixa e equivalentes de caixa	6	70.852	59.778
Aplicações financeiras	6	2.167	30.644
Contas a receber das operações	7.1	27.098	22.555
Contas a receber de partes relacionadas	10	3.849	2.696
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Tributos a recuperar		5.469	5.615
Contas a receber de operações com derivativos	19	1.069	3.229
Adiantamentos a fornecedores		379	37
Despesas antecipadas e outros créditos		2.138	1.924
Não circulante		**1.816.054**	**1.863.454**
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		287	297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	247.794	261.558
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	987.171	1.060.749
Contas a receber de partes relacionadas	10	20	-
Contas a receber de operações com derivativos	19	-	1.087
Imobilizado	11	**30.198**	**25.433**
Intangível	12	**532.861**	**331.115**
Infraestrutura em construção	12	**17.040**	**183.215**
Direito de uso em arrendamento		**683**	-
Total do Ativo		**2.002.653**	**2.063.510**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**575.450**	**281.123**
Debêntures e notas promissórias	13	375.716	218.325
Fornecedores		23.860	20.106
Impostos e contribuições a recolher		23.697	4.990
Obrigações sociais e trabalhistas		4.674	4.289
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	2.090	1.158
Obrigações com o Poder Concedente		1.098	1.134
Provisão de manutenção	15	2	25.724
Juros sobre capital próprio	10	4.318	5.224
Mútuos cedidos a terceiros		138.882	-
Passivo de arrendamento		522	-
Outras obrigações		591	173
Não circulante		**98.335**	**460.226**
Debêntures e notas promissórias	13	90.627	320.525
Impostos e contribuições a recolher		-	13.826
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	274	82
Provisão de manutenção	15	5.796	2.384
Fornecedores		1.447	525
Mútuos cedidos a terceiros		-	122.884
Passivo de arrendamento		191	-
Patrimônio líquido	16	**1.328.868**	**1.322.161**
Capital social		1.303.434	1.303.434
Reservas de lucros		25.434	9.676
Dividendo adicional proposto		-	9.051
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.002.653**	**2.063.510**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	**410.901**	**362.972**
Custos dos serviços prestados		**(235.124)**	**(212.202)**
Custo de construção		(33.475)	(35.176)
Provisão de manutenção	15	(9.135)	(7.374)
Depreciação e amortização	11 e 12	(24.443)	(20.649)
Custo da outorga		(85.978)	(84.347)
Serviços		(30.300)	(20.114)
Custo com pessoal		(39.679)	(34.083)
Materiais, equipamentos e veículos		(6.974)	(5.899)
Outros		(5.140)	(4.560)
Lucro bruto		**175.777**	**150.770**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(30.774)**	**(27.352)**
Despesas com pessoal		(11.453)	(6.991)
Serviços		(6.398)	(7.885)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.798)	(1.094)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.841)	(1.510)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.368)	(1.969)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(194)	(205)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(192)	(9)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(1.000)	(416)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.570)	(1.511)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(257)	(196)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(50)	(124)
Editais e publicações		(53)	(50)
Despesas legais e judiciais		(61)	(145)
Provisão de despesas e multas indedutíveis		(559)	(2.028)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(913)	(1.298)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(706)	(1.261)
Taxa de administração - vale pedágio		(516)	(188)
Outras despesas operacionais		(845)	(472)
Resultado antes do resultado financeiro		**145.003**	**123.418**
Resultado financeiro	18	(63.651)	(69.541)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**81.352**	**53.877**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(17.640)	(13.031)
Lucro líquido do exercício		**63.712**	**40.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**63.712**	**40.846**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**63.712**	**40.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**1.303.434**	**3.301**	**-**	**-**	**-**	**1.306.735**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.846	40.846
Destinações:							
Reserva legal		-	2.042	-	-	(2.042)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de novembro de 2022		-	-	-	-	(7.388)	(7.388)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(10.103)	(10.103)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(1.783)	(1.783)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(5.224)	(5.224)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(922)	(922)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	9.051	(9.051)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	4.333	-	(4.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.303.434**	**5.343**	**4.333**	**9.051**	**-**	**1.322.161**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.712	**63.712**
Dividendos intermediários em 18 de abril de 2023		-	-	(4.333)	-	-	**(4.333)**
Dividendo adicional proposto em 18 de abril de 2023		-	-	-	(9.051)	-	**(9.051)**
Destinações:							
Reserva legal	16.2	-	3.186	-	-	(3.186)	-
Dividendos intermediários em 27 de novembro de 2023	16.4	-	-	-	-	(14.791)	**(14.791)**
Juros sobre capital próprio em 27 de novembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(20.187)	**(20.187)**
Juros sobre capital próprio em 27 de novembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(3.562)	**(3.562)**
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(4.318)	**(4.318)**
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(763)	**(763)**
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	16.905	-	(16.905)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.303.434**	**8.529**	**16.905**	**-**	**-**	**1.328.868**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**63.712**	**40.846**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	13.764	12.528
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	9	73.578	73.578
Depreciação e amortização	11 e 12	25.849	22.159
Capitalização de custo de debêntures	11 e 12	(21.615)	(19.939)
Depreciação - direito de uso em arrendamento		435	-
Baixa de ativo imobilizado	10	16	188
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	914	279
Juros sobre debêntures e notas promissórrias	18	72.813	79.837
Resultado de operações com derivativos	18	(218)	(2.127)
Valor justo de debêntures	18	(2.973)	(1.559)
Juros sobre mútuo com terceiros	18	18.821	15.788
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	50	124
Comissão de fianças com partes relacioandas	18	4.840	5.442
Constituição de provisão de manutenção	15	9.135	7.374
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	15	1.356	2.869
Rendimentos de aplicação financeira		(81)	(1.846)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	9	1
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		80	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(4.593)	(964)
Contas a receber de partes relacionadas	10	(1.173)	(708)
Tributos a recuperar		146	2.200
Adiantamentos a fornecedores		(342)	(37)
Despesas antecipadas e outras		(204)	408
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		4.719	191
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	(3.908)	(24.062)

Editais

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando-se os descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.16. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 10, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 13 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	401.616	97.014	-
Fornecedores e outras obrigações	24.451	1.447	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.090	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	4.318	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.098	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 388.851 substancialmente composto por debêntures e notas promissórias, detalhados nas notas explicativas n.º 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	1.454	1.509
Aplicações financeiras (a)	69.398	58.269
Total	**70.852**	**59.778**

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	**2.167**	**30.644**
Aplicações financeiras (a)	1.593	30.118
Conta reserva (b)	574	526
Total	**2.167**	**30.644**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debentures e notas promissórias (nota explicativa n.º 13). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,49% do CDI, equivalente a 13,17% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (101,11% do CDI, equivalente a 12,57% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas

Circulante	2023	2022
Contas a receber das operações (a)	27.299	22.706
Provisão para perda esperada (b)	(201)	(151)
Total	**27.098**	**22.555**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (b) Refere-se a provisão para perda esperada - contas a receber, esperada pela Companhia.

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	26.816	22.449
Créditos vencidos até 60 dias	115	86
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	167	20
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	92	66
Créditos vencidos há mais de 180 dias	109	85
Total	**27.299**	**22.706**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Conciliação do imposto de renda e contribuição social		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**81.352**	**53.877**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(27.660)**	**(18.318)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(99)	(901)
Juros sobre capital próprio	9.803	6.131
Incentivos relativos ao imposto de renda	127	45
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(92)	-
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	179	-
Outros ajustes tributários	102	12
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(17.640)**	**(13.031)**
Impostos correntes	(3.876)	(503)
Impostos diferidos	(13.764)	(12.528)
Alíquota efetiva de impostos	**21,68%**	**24,19%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	**282.557**	**290.249**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	277.949	279.595
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.325	464
Resultado de operações com derivativos	218	125
Provisão de manutenção	1.967	9.553
Programa de gratificação longo prazo	145	-
Tributos com exigibilidade de suspenção de Pis e Cofins	751	432
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	93	28
Provisão para perda esperada - contas a receber	68	51
Provisão para fornecedores	31	1
Arrendamento	10	-
Compensação de imposto ativo	**(34.763)**	**(28.691)**
Imposto ativo após a compensação	**247.794**	**261.558**
Passivo	**(34.763)**	**(28.691)**
Capitalização de juros	(24.509)	(17.838)
Custo de transação com debêntures	(143)	(84)
Valor justo	(358)	(358)
Ajuste a valor presente	(17)	-
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014	(9.736)	(10.411)
Compensação de imposto	**(34.763)**	**28.691**
Impostos passivos após compensação	**-**	**-**
Imposto diferido líquido	**247.794**	**261.558**

Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**261.558**	**274.086**
Reconhecimento no resultado	**(13.764)**	**(12.528)**
Saldos em 31 de dezembro	**247.794**	**261.558**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

	2023
2024	8.031
2025	10.437
2026	12.121
2027	7.059
2028	17.989
2029 a diante	222.312
Total	**277.949**

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a pagar					
	Circulante		Não circulante		Apropriação no resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Outorga variável	73.578	73.578	987.171	1.060.749	73.578	73.578
Total	**73.578**	**73.578**	**987.171**	**1.060.749**	**73.578**	**73.578**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2023			2022		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	3.877	**3.877**	-	2.709	**2.709**
Aplicações financeiras	-	-	**-**	-	-	**-**
Bancos conta movimento	-	8	**8**	-	13	**13**
Contas a receber	-	3.869	**3.869**	-	2.696	**2.696**
Derivativos	-	1.069	**1.069**	-	3.229	**3.229**
Passivo	**1.946**	**375.803**	**377.749**	**6.196**	**137.966**	**144.162**
Debêntures	-	371.341	**371.341**	-	137.780	**137.780**
Fornecedores e contas a pagar	1.946	144	**2.090**	993	165	**1.158**
Juros sobre capital próprio	-	4.318	**4.318**	5.203	21	**5.224**

	2023			2022		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(73)	**(73)**	-	(24)	**(24)**
Custos/Despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	(298)	**(298)**	-	(215)	**(215)**
Custos/Despesas com infraestrutura utilizada	-	(30)	**(30)**	-	(30)	**(30)**
Custos/Despesas - serviços de transporte de valores	-	(293)	**(293)**	-	(51)	**(51)**
Custos/Despesas de serviços prestados CSC	-	-	**-**	(3.925)	-	**(3.925)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(4)	**(4)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - Doações	-	(895)	**(895)**	-	(1.298)	**(1.298)**
Despesas de prestação de garantias em emissões de dividas	(4.840)	-	**(4.840)**	(5.615)	-	**(5.615)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(14)	**(14)**	-	-	**-**
Despesas financeiras	-	-	**-**	-	(21)	**(21)**
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	-	**-**	-	1	**1**
Receita de juros sobre cessão onerosa	-	-	**-**	-	(173)	**(173)**
Receitas de aplicações financeiras	-	109	**109**	-	-	**-**
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	83	**83**	-	-	**-**
Receitas financeiras - derivativos	-	218	**218**	-	2.127	**2.127**
Receita de doações partes relacionadas	-	141	**141**	-	-	**-**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	61	**61**	-	-	**-**
Repasse de custos e despesas - CSC	(19.732)	-	**(19.732)**	(9.170)	-	**(9.170)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	(229)	**(229)**	(1)	(16)	**(17)**

Na AGO realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS. Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**495**	**6.804**	**1.357**	**10.457**	**19.113**	**3.090**	**22.203**
Adições	-	-	-	-	-	8.678	8.678
Baixas	(14)	(16)	-	(146)	(176)	(12)	(188)
Transferências	52	752	309	800	1.913	(1.898)	15
Depreciação	(108)	(1.514)	(672)	(2.968)	(5.262)	-	(5.262)
Outros	-	-	-	(13)	(13)	-	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**425**	**6.026**	**994**	**8.130**	**15.575**	**9.858**	**25.433**
Custo	1.693	26.506	4.090	45.657	77.946	9.858	87.804
Depreciação acumulada	(1.268)	(20.480)	(3.096)	(37.527)	(62.371)	-	(62.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**425**	**6.026**	**994**	**8.130**	**15.575**	**9.858**	**25.433**
Adições	-	-	-	-	-	9.347	9.347
Baixas	(4)	(7)	-	(5)	(16)	-	(16)
Transferências	24	1.132	2.440	1.711	5.307	(5.307)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	307	-	-	307	-	307
Depreciação	(92)	(1.322)	(882)	(2.577)	(4.873)	-	(4.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Custo	1.704	27.920	6.530	47.360	83.514	13.898	97.412
Depreciação acumulada	(1.351)	(21.784)	(3.978)	(40.101)	(67.214)	-	(67.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2023	10	11	25	12			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 1.235 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 675 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 13,65% a.a. e 12,88% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**344.374**	**265**	**838**	**345.477**	**130.636**	**476.113**
Adições	-	-	840	840	54.289	55.129
Transferências	1.710	12	(27)	1.695	(1.710)	(15)
Amortização	(16.795)	(102)	-	(16.897)	-	(16.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**329.289**	**175**	**1.651**	**331.115**	**183.215**	**514.330**
Custo	454.926	1.752	1.651	458.329	183.215	641.544
Amortização acumulada	(125.637)	(1.577)	-	(127.214)	-	(127.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**329.289**	**175**	**1.651**	**331.115**	**183.215**	**514.330**
Adições	-	-	1.718	1.718	55.240	56.958
Transferências	221.415	280	(280)	221.415	(221.415)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(307)	(307)	-	(307)
Amortização	(20.842)	(134)	-	(20.976)	-	(20.976)
Outros	(104)	-	-	(104)	-	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Custo	676.237	2.032	2.782	681.051	17.040	698.091
Amortização acumulada	(146.479)	(1.711)	-	(148.190)	-	(148.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico. **Infraestrutura em construção:**O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Implantação das vias marginais Padroeira-Raposo	118.426
Implantação de faixas adicionais	5.115

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 20.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 19.264 em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias) nos exercícios findos em 2023 e 2022 foram de 13,65% a.a. e 12,88% a.a., respectivamente.

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
6º Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (a)	Abril de 2024	3.171	46	186.258	244.418 (d)
6º Emissão - Série única	120% do CDI	(b)	Abril de 2024	-	-	186.962	248.247 (d)
7ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,2179% (c)	Abril de 2025	557	374	93.123	- (d)
7ª Emissão - (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,6450% (c)	Abril de 2023	143	-	-	46.185 (d)
			Total	**420**	**466.343**		**538.850**

	2023	2022
Circulante	**375.716**	**218.325**
Debêntures e notas promissórias	375.103	171.463
Custos de transação	(46)	(200)
Valor justo	659	47.062
Não circulante	**90.627**	**320.525**
Debêntures e notas promissórias	91.001	364.001
Custos de transação	(374)	(46)
Valor justo	-	(43.430)
Total geral	**466.343**	**538.850**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação; (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19; (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e **Garantia:** (d) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2025	91.001
(-) Custo de transação	(374)
Total	**90.627**

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

14. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

| | Cíveis e administrativos | Trabalhist